



A região como arranjo territorial particular¹

Virginia Elisabeta Etges²

Resumo: Ao longo dos últimos anos a relevância da perspectiva territorial dos processos de desenvolvimento vem se destacando, tendo em vista o caráter multiescalar que permeia o tema. Reconhecer a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento requer a compreensão dos arranjos territoriais, resultantes da interação entre escalas diversas: do singular – local, com o universal – global, mediado pelo particular – regional. Nesta perspectiva teórico- metodológica, destaca-se a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, como sínteses de múltiplas determinações, instituídas no transcurso histórico e que se formam e transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza.

Palavras-chave: Território, Região, Formação Socioespacial, Particularidade

Abstract: Over the past few years, the relevance of the territorial perspective of development processes has been highlighted, in view of the multiscale character that permeates the theme. Recognizing the territorial dimension of development processes requires understanding the territorial arrangements, resulting from the interaction between different scales: from the singular – local, to the universal – global, mediated by the particular – regional. In this theoretical-methodological perspective, the apprehension of phenomena in their process and totality stands out as syntheses of multiple determinations instituted in the historical course and that are formed and transformed in the mainstay of the contradictions, engendered in the relationship between man and nature.

Keywords: Territory, Region, Socio-spatial Formation, Particularity

Resumen: En los últimos años, se ha destacado la relevancia de la perspectiva territorial de los procesos de desarrollo, en vista del carácter multiescala que impregna el tema. Reconocer la dimensión territorial de los procesos de desarrollo requiere comprender los arreglos territoriales, resultantes de la interacción entre diferentes escalas: desde lo singular – local, hasta lo universal – global, mediado por lo particular – regional. En esta perspectiva teórico- metodológica, se destaca la apreensión de los fenómenos en su proceso y totalidad, como síntesis de múltiples determinaciones instituidas en el devenir histórico y que se configuran y transforman en el puntal de las contradicciones engendradas en la relación entre el hombre y la naturaleza.

Palabras clave: Territorio, Región, Formación socioespacial, Particularidade

¹ Este ensaio apresenta resultados parciais das atividades desenvolvidas pela autora como Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, os quais também já foram discutidos em outras publicações, listadas nas referências.

² Doutora em Geografia pela USP, docente do Curso de Geografia e do PPG em Desenvolvimento Regional da UNISC, Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.



Introdução

Ao longo das duas décadas do século XXI observou-se a instalação de significativo número de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no país. Trata-se de um processo que vem acompanhado do surgimento de Universidades, muitas das quais fortemente comprometidas com as regiões em que estão inseridas e, majoritariamente, localizadas para além da faixa litorânea e das grandes metrópoles brasileiras.

Essa constatação coloca para nós, docentes, pesquisadores e orientadores de teses e dissertações nesses Programas, a responsabilidade de aprofundar a reflexão sobre o tema, visando a qualificação, tanto do debate, quanto da produção científica oriunda dos mesmos.

Nesse contexto, a relevância da perspectiva territorial dos processos de desenvolvimento vem se destacando, tendo em vista o caráter multiescalar que permeia o tema. Reconhecer a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento requer a compreensão dos arranjos territoriais resultantes da interação entre escalas diversas: do singular – local, com o universal – global, mediado pelo particular – regional.

De modelos de interpretação abstratos e generalizantes avança-se para a compreensão do significado dos arranjos territoriais particulares, que configuram a diversidade presente no território. A dimensão da particularidade se manifesta no território por meio da região, a qual se origina de formações socioespaciais, que expressam características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares, configuradas ao longo do tempo, nas diversas porções da superfície terrestre. Assim o problema que orienta este ensaio é: Como reconhecer a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento resultantes da interação entre escalas diversas: do singular – local, com o universal – global, mediado pelo particular – regional?

Tendo como referência teórico-metodológica o acima exposto, adotou-se como procedimento de levantamento e análise de dados uma combinação entre pesquisa interpretativa e descritiva, visando a compreensão crítica das informações coletadas em fontes bibliográficas.

Assim, por meio do embasamento teórico e das informações coletadas e sistematizadas, produziu-se uma análise teórico-crítica, apresentada na segunda sessão, em que se discute a configuração da região, entendida como particularidade, como contrapondo às “leis gerais”, complementada pela terceira sessão que aborda a região como particularidade territorial.



A Região como particularidade – um contraponto às “leis gerais”

O modelo de racionalidade que preside a ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes, basicamente no domínio das ciências naturais.

A sistematização de toda e qualquer disciplina a partir dessa época, passaria pelos desígnios ditados por esse modelo único, o qual Boaventura de Souza Santos (1988) denominou de “paradigma dominante”.

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. (SANTOS, 1988, p. 48).

De acordo com Wallerstein *et al* (1996), as ciências da natureza, tais como foram construídas no decurso dos séculos XVII e XVIII, provieram primordialmente do estudo da mecânica celeste. Inicialmente, aqueles que tentaram estabelecer a legitimidade e prioridade da demanda científica das leis da natureza quase não fizeram distinção entre a ciência e a filosofia. Do mesmo modo que não distinguiam os dois domínios, os consideravam aliados na busca da verdade secular. Mas à medida que o trabalho experimental e empírico se tornava cada vez mais crucial para a visão da ciência, a filosofia surgia cada vez mais aos olhos dos cientistas naturais como mera substituta da teologia, igualmente culpada de asserções de verdades apriorísticas, não passíveis de serem postas à prova.

Assim, no princípio do século XIX,

a divisão do conhecimento em dois domínios havia descartado a noção de que se trataria de duas esferas “separadas, mas iguais” para assumir – pelo menos na perspectiva dos cientistas naturais – o aspecto de uma hierarquia: o conhecimento tido como certo (ciência), por oposição ao conhecimento imaginado e mesmo imaginário (a não ciência). (WALLERSTEIN *et al*, 1996, p.20).

A partir de então o termo ciência, desprovido de adjetivo qualificativo, passou a ser associado primordialmente (e muitas vezes exclusivamente) às ciências da natureza. Dessa forma as ciências naturais chamam para si uma legitimidade sócio intelectual que era de todo distinta, ou até contrária, a uma outra forma de conhecimento chamada filosofia. A luta epistemológica por aquilo que se considerava ser o conhecimento legítimo já não era uma luta para saber quem havia de controlar o conhecimento relativo à natureza, mas antes uma luta em torno de quem haveria de controlar o conhecimento relativo ao mundo humano. (WALLERSTEIN *et al*, 1996).



Ainda no século XVIII, continua o autor, a busca pelo estado moderno de um conhecimento mais exato para embasar suas decisões, juntamente com a revitalização da universidade, levou ao surgimento de novas categorias: os filósofos sociais passam a falar de “física social”, e os pensadores europeus começaram a reconhecer a existência, no mundo, de múltiplos “sistemas sociais, cuja variedade se impunha explicar. As universidades passaram, a partir de então, a ser o espaço privilegiado da permanente tensão entre artes (humanidades) e as ciências, dois modos de conhecimento então definidos como sendo bastante diferentes ou até antagônicos. As pressões desencadeadas pela Revolução Francesa levaram à necessidade de organizar e racionalizar a mudança social, o que levou à necessidade de estudá-la e entender as regras que lhe subjaziam.

Verificava-se, assim, não apenas existir um espaço para aquilo a que viríamos a chamar ciências sociais, mas também uma profunda necessidade social no sentido do seu surgimento. Além disso, parecia ainda evidente que, nesse esforço de organizar uma nova ordem social sobre uma base estável, quanto mais exata (ou “positiva”) fosse a ciência, melhor. Com esta ideia em vista, muitos daqueles que – sobretudo na Grã-Bretanha e na França – começaram a lançar as bases das modernas ciências sociais na primeira metade do século XIX voltaram-se para a física newtoniana, tomando-a como modelo a seguir. (WALLERSTEIN *et al*, 1996, p. 24 e 25)

Comte, ao fazer renascer a expressão “física social”, tornou claras as preocupações políticas que o moviam:

Era seu desejo salvar o Ocidente da “corrupção sistemática” que havia sido “elevada ao estatuto de ferramenta indispensável de governação” por força da “anarquia intelectual” instalada desde a Revolução Francesa. Na sua opinião o partido da ordem assentava em doutrinas desatualizadas (de índole católica e feudal), enquanto o partido do movimento assentava em teses – absolutamente negativas e destrutivas – bebidas do protestantismo. Para Comte, a física social iria permitir a reconciliação da ordem e do progresso ao entregar a solução dos problemas sociais a um “número reduzido de inteligências de elite”, dotados do nível de instrução adequado. (WALLERSTEIN *et al*, 1996, p. 28).

A ciência positiva visava a libertação total relativamente à teologia e à metafísica, bem como a todos os demais modos de “explicação” da realidade. “As nossas investigações positivas [...] devem limitar-se, sob todos os aspectos, ao estudo sistemático do que é, renunciando à descoberta da causa primeira e do destino final”. (COMTE, 1947, *apud* WALLERSTEIN *et al*, 1996, p. 29)

Essa concepção de ciência tinha como base o método positivista e seus adeptos acreditavam ter superado o estágio do conhecimento metafísico, substituindo-o por um conhecimento puramente objetivo, buscando descobrir as leis gerais que regem os fenômenos observáveis.



Nesse contexto, de acordo com Wallerstein *et al* (1996), a geografia procurou fazer a ponte com as ciências naturais por meio da geografia física, e com as humanidades, por meio da chamada geografia humana. Até 1945 a geografia foi a única disciplina que se esforçou por uma prática verdadeiramente mundial quanto ao seu objeto de estudo. Essa foi a sua virtude, e porventura também a sua perdição, pois, segundo o autor, à medida em que no final do século XIX, o estudo da realidade social se foi compartimentando em disciplinas distintas, a geografia tornou-se anacrônica devido ao seu pendor generalista, sintetizante e não analítico. Em consequência, o tratamento do espaço e dos lugares nas ciências sociais foi relativamente negligenciado. A tônica posta no progresso e as políticas para a organização das transformações sociais deixaram a dimensão espacial no limbo da indefinição. Se os processos eram universais e subordinados a um determinismo, o espaço era teoricamente irrelevante. Havia, entretanto, um conjunto de estruturas espaciais que, no pressuposto dos cientistas sociais, presidiam a organização da vida das pessoas que eram os territórios soberanos, que coletivamente definiam o mapa político mundial. Eram essas fronteiras políticas que fixavam os parâmetros espaciais de outras interações fundamentais, notadamente dos processos políticos, sociais e econômicos.

Na segunda metade do século XIX o desenvolvimento da economia e da sociologia faz nascer toda uma série de questionamentos e debates, sobretudo na Alemanha. A ideia de que se pode aplicar aos fatos humanos procedimentos semelhantes aos das ciências físicas e naturais levanta inúmeras objeções.

A escola historicista desconfia das generalizações. Em vez de tratar a economia de mercado de maneira abstrata, ela reconstitui o quadro institucional no qual são desenvolvidas as transações em tal época, em tal país. Ela se apaixona pela história das corporações, da hansa, das guildas. (CLAVAL, 2014, p. 334)

Citando Manicas (1987), Claval (2014) explica que a oposição entre os adeptos da economia de mercado e do historicismo vem à luz no período do *Methodenstreit* (*Guerra dos Métodos*), um debate frequentemente confuso que opõe os adeptos da corrente generalizadora e os da corrente histórica. Provoca rancores nos anos 1880, mas pesa de maneira duradoura sobre o desenvolvimento das ciências sociais alemãs até a Primeira Guerra Mundial.

O problema é simples: pode-se reduzir o social ao jogo de mecanismos racionais, quaisquer que sejam? Isso não é subestimar a complexidade e a historicidade das vontades humanas? A primeira tarefa não é levar em conta a diversidade dos homens e das culturas no tempo e no espaço? (CLAVAL, 2014, 335)



A Escola Histórica Alemã de Economia Política no contexto das Ciências Sociais

O ponto de partida da crítica da Escola Histórica Alemã ao pensamento clássico atinge o âmago da economia política, tal como foi formulada por Smith e Ricardo. A Escola Histórica considerava que havia uma diferença básica entre os fenômenos da natureza e os relativos à realidade humana. Enquanto os primeiros podem ser observados e estudados experimentalmente, por meio de simulações nas quais as variáveis podem ser controladas, as interferências, medidas, quantificadas com precisão, e as ocorrências, descritas plenamente pelas denominadas “leis naturais”, as ações humanas são orientadas por valores e dotadas de sentido, têm significação e finalidade, mudam sob o efeito do lugar e com o decorrer do tempo, sofrendo influências diversificadas e complexas, as quais raramente podem ser identificadas em toda a sua extensão e quantificadas com exatidão. Esse conjunto de dificuldades exige a criação de um método específico para as ciências humanas, um método que apresente as relações de causalidade histórica que presidem os atos humanos e que seja capaz de explicar e compreender o seu sentido. Numa situação otimista, tal método poderia estabelecer tendências ou regularidades, mas nunca uma lei que descreva o fenômeno com precisão e tenha validade universal. Essa diferenciação entre os fenômenos naturais e humanos e a impossibilidade de definição de leis universais nessa esfera constituem características básicas do historicismo, o qual, por essa via, imprimiu marca profunda na Escola Histórica Alemã de Economia Política. (GENNARI; OLIVEIRA, 2009)

Nesse tipo de abordagem, afirmam Gennari e Oliveira (2009), valoriza-se a pesquisa de experiências históricas concretas e diversas, e a teoria é utilizada com o objetivo de explicá-las e compreendê-las, afastando-se a pretensão de criar um modelo abstrato geral. Para uma variante dessa corrente, o recurso a uma teoria já existente para analisar problemas contemporâneos sempre devia levar em consideração as especificidades concretas do objeto de estudo, bem como as transformações tecnológicas, políticas e institucionais que separam, no tempo e no espaço, os contextos da teoria e do objeto.

Da mesma forma, a Escola Histórica Alemã também se opunha à caracterização que os clássicos faziam do “homem econômico”, atribuindo a ele um egoísmo inato que elegia como móvel central das suas ações em busca do próprio interesse e do lucro. Eles argumentavam que são inúmeras as motivações que impelem a ação do homem, que elas são complexas, resultado de interações nem sempre racionais, e que isolar apenas uma e considerá-la a principal levaria a conclusões equivocadas.

Para a Escola Histórica, a sociedade era resultado de uma interação complexa que resulta num todo orgânico, sendo mais do que a simples soma das partes. Assim, ela não pode ser compreendida adequadamente a partir da ação do indivíduo, mas só considerada em conjunto, como um todo em permanente interação. Dessa forma, os estudos específicos só têm sentido se fizerem parte de um projeto mais amplo, cuja meta é proporcionar uma compreensão abrangente da sociedade nas suas múltiplas e complexas interações. (GENNARI; OLIVEIRA, 2009, p. 208)



Os autores da Escola Histórica Alemã (EHA), apesar das diferenças entre eles, possuíam como ponto comum a defesa da importância da história na análise econômica, tendo florescido a partir da obra de W. Roscher, com a obra *Esboço de um Curso de Economia Política segundo o Método Histórico* (1843). Hodgson (2001), contudo, credita o início da Escola Histórica Alemã à publicação, em 1841, do *National System of Political Economy*, de Friedrich List. Hildebrand e Knies continuaram e aperfeiçoaram as propostas de Roscher, mas a Escola viria até o início do século 20, com G. Schmoller, A. Wagner e K. Bücher, denominada algumas vezes de “Segunda Escola Histórica”. (FONSECA, 2000)

Fonseca (2000) afirma que a grande marca do pensamento alemão não é somente rejeitar as teorias e o método com que os ingleses faziam ciência, mas buscar um caminho próprio, uma alternativa que, conscientemente ou não, os diferenciou da Economia Política inglesa. Mesmo tendo-a como referência - Ricardo, por sua hegemonia incontestada, é o ponto de partida tanto de List, como da Escola Histórica e de Marx -, os alemães sempre se mostraram críticos e hesitaram em aceitar suas principais teorias e, principalmente, as medidas de política econômica delas decorrentes. As diferenças entre estas três vertentes alemãs não negligenciam o que têm em comum: buscar uma alternativa à teoria econômica britânica dominante que se impunha no contexto europeu, praticamente sem concorrência, na primeira metade do século XIX. Fonseca destaca ainda que autores relevantes, como os franceses fisiocratas ou J.B. Say, nunca ofuscaram o sotaque inglês da Economia Política Clássica.

As análises desenvolvidas por essa escola partiam do pressuposto de que as categorias econômicas são detentoras de um caráter histórico, sendo inadequada a transposição de metodologias utilizadas nas ciências naturais para as ciências sociais. Haveria, assim, de acordo com Costa (2019), a necessidade de elaboração de uma metodologia específica capaz de dar sustentabilidade analítica à análise histórica e capaz de identificar tendências de comportamento humano oriundas de atitudes psicológicas, compreendendo que este ser está imerso em um complexo social.

Em contraposição ao individualismo metodológico assentado nas decisões maximizadoras, egoístas e utilitaristas do “Homem Econômico”, haveria um *Volkgeist* (“espírito do povo”) que atuaria condicionando o processo de desenvolvimento das sociedades, cabendo à ciência econômica encontrar por meio da análise histórica as regularidades e as instituições que explicassem o desenvolvimento do capitalismo e das nações.

Partido da premissa da complexidade do comportamento humano, a análise econômica jamais poderia prescindir dos elementos subjetivos, o que compelia ao desafio de elaborar uma história não universalista, capaz de compreender as singularidades de cada complexo social. Nesse desiderato, a cultura de um povo, os aspectos éticos e morais, os valores religiosos e as crenças, exerceriam decisiva influência na trajetória de uma sociedade. (COSTA, 2019, p. 2)



Hodgson (2006, p.23) afirma que

The problem of historical specificity addresses the limits of explanatory unification in social science: substantially different socio-economic phenomena may require theories that are in some respects different. If different socio-economic systems have features in common, then, to some extent, the different theories required to analyse different systems might reasonably share some common characteristics. But sometimes there will be important differences as well. Concepts and theoretical frameworks appropriate for one real object may not be best suited for another. The problem of historical specificity starts from a recognition of significant underlying differences between different objects of analysis. One theory may not fit all. [...] However, more accurately, the problem could be rephrased as “the problem of historical and geographical specificity” as there are differences in socio-economic systems across space as well as time.

Para List, um dos precursores da Escola Histórica Alemã,

o livre-comércio e a livre concorrência são benéficos para países com graus de desenvolvimento industrial próximos, mas, no caso de países em estágios muito distintos de industrialização, a liberdade comercial e a concorrência sem restrição tendem a beneficiar de maneira mais que proporcional os mais desenvolvidos. No curto prazo, os proprietários agrícolas dos países menos desenvolvidos são beneficiados, mas, no longo, o comércio e a indústria saem em desvantagem, resultando, num balanço final, em prejuízos para a economia nacional. (GENNARI; OLIVEIRA, 2009, p. 211)

Schmoller é conhecido como o principal autor da tradição historicista em economia política e um dos maiores cientistas sociais alemães da segunda metade do século XIX.

Destaca-se entre os economistas contemporâneos pelo seu debate metodológico com Carl Menger, um dos proponentes da revolução marginalista e considerado fundador da Escola Austríaca de Economia. [...] No que ficou conhecido como Methodenstreit, Menger e Schmoller gladiaram acerca do método mais apropriado para a ciência econômica. Enquanto Menger advogava que os fenômenos econômicos eram erguidos a partir das *economizing actions* dos agentes individuais (CALDWELL, 2005), Schmoller defendia a especificidade histórica e complexidade do comportamento humano, que só poderia ser realmente entendido através de um minucioso estudo empírico, por meio da história, que levasse em consideração aspectos éticos, culturais, geográficos e tantos outros fatores. (DIAS, 2015, p. 53)



É dele a afirmação: “Historical research has created the conceptions of the historical development of nation, of man, and of economic institutions. It has properly brought economic research into contact with morals, law, the state, and the causes of cultural development in general”. (SCHMÖLLER, 1911).

Pode-se afirmar, portanto, que a reação mais enfática à Escola Histórica Alemã veio dos representantes da Escola Austríaca, da qual Menger se tornou expoente, nos embates com Schmoller, caracterizando o que veio a ser conhecido como *Methodenstreit*.

A Escola Histórica Alemã influenciou a CEPAL, com destaque para Celso Furtado. As teorias que deram sustentação ao modelo de substituição de importações e ao nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960, em parte, foram baseadas no sistema nacional de List. Da mesma forma que List, Furtado tece elogios às políticas protecionistas implementadas por Hamilton nos Estados Unidos após as guerras da independência (GOULARTI Filho, 1999)

Da mesma forma o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da EHA acabou exercendo influência na formação de novas escolas de pensamento, como a Escola Institucionalista Americana (EIA) no Século XX, trazendo efetivamente as instituições para dentro de uma agenda sistemática de pesquisa^[8]. Por outro lado, em que pese não ser possível estabelecer uma relação de influência direta da EHA sobre a Nova Economia Institucional (NEI), em especial os trabalhos desenvolvidos por Douglass North, o resgate das contribuições seminais dessa escola de pensamento certamente enriquecerá o debate contemporâneo sobre o papel das instituições na economia, na dinâmica histórica e no desenvolvimento econômico. (COSTA, 2019).

Cabe ressaltar, portanto, que o contexto dos debates promovidos no âmbito da Escola Histórica Alemã permite compreender também por que a sistematização do conhecimento geográfico se deu em território alemão. De acordo Moraes (1994), a sistematização da Geografia, sua colocação como uma ciência particular e autônoma, foi um desdobramento das transformações operadas na vida social, pela emergência do modo de produção capitalista. E, mais, a Geografia foi, na verdade, um instrumento da etapa final deste processo de consolidação do capitalismo, em determinados países da Europa.

Segundo Moraes (1994), o processo de transição do feudalismo para o capitalismo manifestou-se em nível continental na Europa. Porém, não de forma homogênea, ao contrário, obedecendo a particularidades em cada país onde se desenvolveu. Existiram, assim, vias singulares de desenvolvimento do capitalismo, que engendraram manifestações ímpares. A Geografia será filha de uma destas singularidades. Aquela da via particular do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, sem a qual não se pode compreender a sistematização da Geografia. Os autores considerados os pais da Geografia, aqueles que estabelecem uma linha de continuidade nesta disciplina, são alemães – Humboldt e Ritter. Na verdade, todo o eixo principal da elaboração geográfica, no século XIX, estará sediado neste país. É da Alemanha que aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras



dedicadas a esta disciplina; é de lá que vêm as primeiras teorias e as primeiras propostas metodológicas; enfim, é lá que se formam as primeiras correntes de pensamento geográfico. Tal relação, entre o aparecimento da Geografia e a via do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, não é gratuita ou aleatória

A especificidade da situação histórica da Alemanha, no início do século XIX, explica-se pelo caráter tardio do desenvolvimento das relações capitalistas nesse país. Na verdade, o país não existia enquanto tal, pois ainda não havia se constituído como Estado Nacional. A Alemanha de então era um aglomerado de feudos (ducados, principados, reinos) cuja única ligação residia em alguns traços culturais comuns. Inexistente qualquer unidade econômica ou política, a primeira começando a se formar no decorrer do século XIX, a segunda só se efetivando em 1870, com a unificação nacional.

O capitalismo se desenvolveu no quadro agrário alemão sem alterar a estrutura fundiária. A propriedade da terra, origem de todo o poder, permaneceu nas mãos dos mesmos representantes, os quais se tornaram capitalistas pela destinação dada à produção, entretanto as relações de trabalho não se alteraram - a servidão (forma de relação de trabalho típica do feudalismo) permaneceu como base de toda a produção. Assim, mesclaram-se elementos tipicamente feudais com outros próprios do capitalismo: produção para o mercado, com trabalho servil. O comércio local não se desenvolveu, sendo a produção destinada ao exterior. O comércio entre as unidades, os principados e os ducados alemães, também não se intensificou, em função das barreiras alfandegárias existentes entre eles. Em função disso, pouco se desenvolveram as cidades e, também, a classe que lhes é própria - a burguesia. Esta, pulverizada e débil, era na verdade uma pequena burguesia local; não conseguiu impor seus interesses, como suas congêneres francesa ou inglesa. Não ocorre, na Alemanha, uma revolução democrático-burguesa. A burguesia alemã só se desenvolverá à sombra do Estado, e de um Estado comandado pela aristocracia agrária. Este é o quadro da Alemanha, na virada do século XVIII.

Ainda segundo Moraes (1994), a própria sedimentação das relações capitalistas e, principalmente, o expansionismo napoleônico, vão acender nas classes dominantes alemãs a ideia da unificação nacional. Esta meta passa a ser, a partir de um certo momento, uma necessidade para a própria continuidade do desenvolvimento alemão. Este se havia acelerado, em função do bloqueio continental imposto por Bonaparte, que propiciou uma incipiente industrialização em algumas cidades da Alemanha, além de incrementar o comércio interno. Este ideal de unidade vai ter sua primeira manifestação concreta com a formação, em 1815, da “Confederação Germânica”, que congregou todos os principados alemães e os reinos da Áustria e da Prússia. Apesar de não constituir ainda uma unificação nacional, estabeleceu maiores laços econômicos entre seus membros, com o fim dos impostos aduaneiros entre eles. É nesse contexto que se pode compreender a relevância que a discussão do ordenamento territorial adquire, o que impõe a necessidade da análise sistemática do território, visando superar o “atraso” em relação aos países vizinhos.



A falta da constituição de um Estado nacional, a extrema diversidade entre os vários membros da Confederação, a ausência de relações duráveis entre eles, a inexistência de um ponto de convergência das relações econômicas – todos estes aspectos conferem à discussão geográfica uma relevância especial, para as classes dominantes da Alemanha, no início do século XIX. Temas como domínio e organização do espaço, apropriação do território, variação regional, entre outros, estarão na ordem do dia na prática da sociedade alemã de então. É, sem dúvida, deles que se alimentará a sistematização geográfica. Do mesmo modo como a Sociologia aparece na França, onde a questão central era a organização social (um país em que a luta de classes atingia um radicalismo único), a Geografia surge na Alemanha onde a questão do espaço era a primordial. (MORAES, 1994, p.15)

É nesse contexto também que a discussão sobre o significado de região adquire destaque entre os geógrafos alemães, particularmente com Alfred Hettner, que afirmou que a sua essência estaria no estudo da diferenciação de áreas na superfície terrestre, afirmando assim a vertente corológica da disciplina geográfica, ou seja, o estudo regional. (LENCIONI, 1999).

Assim como Dilthey, Hettner pensava que não havia que fundar as ciências humanas, porque estas já existiam desde a antiguidade, que era preciso somente reconhecer seus métodos específicos. Hettner considerava que na geografia não havia que se estabelecer nenhum princípio metodológico novo, senão simplesmente reconhecer o que historicamente estava presente no desenvolvimento da matéria. Para Hettner, o estudo da história da Geografia mostrava a existência de dois conceitos desta ciência: o de *Erdkunde*, equivalente a Geografia Geral, e o de *Länderkunde*, expressando o enfoque Regional ou Corológico. Se durante muito tempo havia sido possível aceitar a Geografia como ciência geral da terra, isto já não era mais possível a partir do século XIX, devido ao surgimento de novas disciplinas como a Geologia, a Geofísica, a Meteorologia, entre outras. Por isso todo o esforço de Hettner se concentrou em demonstrar que a verdadeira essência da Geografia é o enfoque corológico, ou seja, aquele que permite descrever e interpretar os caracteres diferentes da superfície terrestre, e a justificar a validade epistemológica deste enfoque - assim como do cronológico e histórico - como distinto do sistemático. (CAPEL, 1981, *apud* ETGES, 2009, p. 8)

Este caminho próprio buscado pelos alemães constitui o que modernamente se pode chamar de “heterodoxia”, ou seja, desvio da linha principal. No sentido de Kuhn, ao procurar encontrar falhas e incongruências, lógicas ou experimentais, no paradigma dominante, seja ensaiando teorias alternativas (List), apontando seus “defeitos de construção” (Escola Histórica) ou, sobretudo, chegando a propor novo paradigma (Marx).

Destaca-se, neste contexto, a perspectiva historicista, a partir da qual os autores filiados a essa corrente de pensamento consideravam inseparável o entrelaçamento



entre os estudos de economia e de geografia, visando compreender os arranjos territoriais particulares que dão forma e conteúdo às regiões.

A região como particularidade territorial

A partir do exposto procurou-se problematizar o significado da dimensão do regional (particular), entendido como mediação entre o universal (global) e o singular (lugar), nos estudos sobre o desenvolvimento.

Com o surgimento de correntes críticas de base marxista e fenomenológica, a partir dos anos 1970, novas concepções de geografia regional surgem, como a que entende a região como parte de uma totalidade:

A diferença agora residia no fato de que a totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. Estava visível que esta não se constituía numa totalidade harmônica porque a preocupação, naquele momento, em denunciar as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo revelava os limites da compreensão do mundo como um todo não harmônico. (LENCIONI, 1999, p. 196)

Nesta perspectiva teórico-metodológica, destaca-se a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, como sínteses de múltiplas determinações instituídas no transcurso histórico e que se formam e transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza.

Lukács (1967) propõe que, para uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade, devem ser explicitados os nexos existentes entre as dimensões singular, particular e universal dos fenômenos, tendo em vista a apreensão dos fenômenos para além de sua aparência imediata, em direção à essencialidade concreta. Nesse contexto, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua manifestação sensível, não se revelando de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

Na lógica dialética a mediação não é pensada como produto ou resultado, nem como soma, homogeneização ou equilíbrio. A mediação deve ser pensada como processo, que tem por referência a diferença, a heterogeneidade e o desequilíbrio. (ALMEIDA, 2001).

A categoria mediação é fundamental por estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente. (MASSOM, 2012).



Para compreender a região como parte de uma totalidade social, torna-se imprescindível o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão, num dado período histórico, pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

A contribuição de Milton Santos (1977) para a análise geográfica marxista aparece com o conceito formação socioespacial, adaptado da categoria formação econômico-social.

Tal conceito é crucial para a análise geográfica e, do mesmo modo, para o entendimento dos processos de diferenciação espacial, especialmente em escalas particulares. (CORRÊA, 1995).

Esse conceito explicita que uma sociedade só se torna concreta por meio do espaço que ela própria produz e, não obstante, o espaço só se torna inteligível por intermédio dessa sociedade, sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo do mesmo. “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as Formações Sociais escrevem-na no espaço”, como preceitua Santos (1977, p. 87).

De acordo com Correa (1997), a diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como de processos sociais, constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região. Mas a diferenciação de áreas não está associada à ideia de singularidade, que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, e sim à ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal). Citando Lukács (1967), afirma que a particularidade, com relação ao singular, representa uma universalidade relativa e, com relação ao universal, uma singularidade relativa, e conclui que a particularidade se traduz, no plano espacial, na região.

Em condições histórico-geográficas específicas, a tendência à homogeneização é sempre afetada pela mediação antagônica da formação socioespacial. Essa mediação impõe uma heterogeneidade. Dessa maneira, a universalização dos processos é acompanhada, inversamente, pela singularização e particularização, implicando uma diferenciação. (BESSA, 2010)

Segundo Santos (1977), em tempos de globalização, com um “[...] modo de produção que tende a ser único”, o espaço geográfico seria homogeneizado ou uniformizado por intermédio da ação de uma unicidade técnica, que se orienta no plano do universal. Todavia isso não ocorre, pois “[...] a ação deste modo de produção, tendencialmente único, passa pela mediação das formações espaciais”, que está situada no plano da particularidade. As formações socioespaciais, como etapas de um processo histórico, referem-se à “[...] evolução diferencial das sociedades”, isto é, expressam a diferenciação espacial e, por conseguinte, são dados fundamentais para explicar por que países e regiões se diferenciam uns dos outros.

Brandão (2008) afirma que muitas questões da economia política e da geografia crítica são negligenciadas, por vezes, em grande parte da literatura sobre a temática da dimensão territorial do processo de desenvolvimento. Avalia que hierarquias,



hegemonias, tensões e conflitos são reforçados em todas as escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento da acumulação de capital estão cada dia mais explícitas, inclusive em sua manifestação territorial. O desenvolvimento, enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural, resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão.

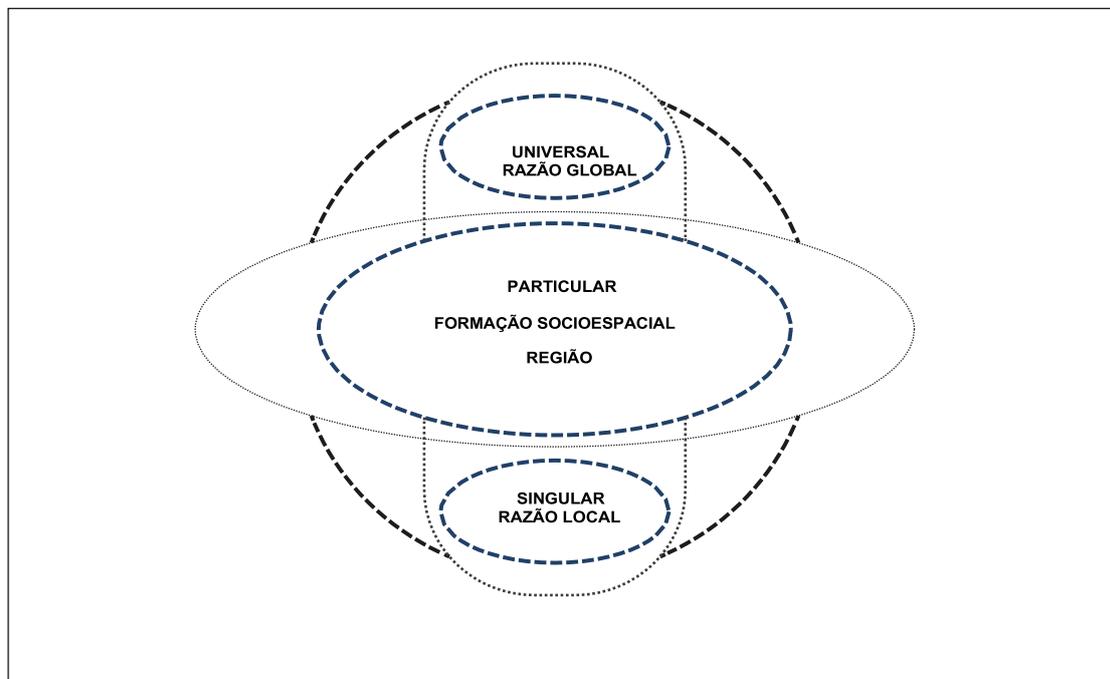
Neste sentido, para Brandão (2008), o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global, etc.), robustecendo a autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território.

Limonad (2015) complementa que, a despeito de todas as adjetivações que a acompanham e perseguem, a região é antes de qualquer coisa uma construção social que atende interesses políticos precisos. “A região constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos socioespaciais histórica e geograficamente localizados, o que permite a Silveira (1999:386) salientar que o local e o global se afirmam e se negam dialeticamente na região.” (LIMONAD, 2015, p. 60).

Oliveira (2019) afirma a relevância da formação socioespacial enquanto uma importante noção para pensar a região, e mesmo de interpretá-la ao nível de uma formação socioespacial, tendo em vista o fato de ambas desempenharem uma espécie de mediação entre processos gerais e processos específicos, singulares, traduzidos no plano espacial sob a forma da particularização de múltiplos vetores e arranjos; processo que, como parte do movimento dialético, também pode suscitar contra racionalidades à ação hegemônica da globalização perversa, de que fala Santos (2000).



Figura 1 - O movimento dialético do universal ao singular e seu “campo de mediações”



Fonte: Oliveira, 2019. Elaboração: Helbert Oliveira, Saint-Clair Trindade Jr. e Gabriel Leite.
Adaptado pela autora.

Nesta figura observa-se o particular, expresso na formação sócio-espacial, como campo de mediação entre o universal (global) e o singular (local), que por sua vez, configura a região.

A noção de formação socio-espacial revela, portanto, a maneira pela qual determinado modo de produção se manifesta concretamente nas diversas formações sociais, sendo esta a unidade das diversas esferas (econômica, social, cultural, política) da vida em sociedade, conforme pontua Sereni (1971). O modo de produção, nesse contexto, só se torna concreto sobre uma base territorial historicamente determinada, isto é, no espaço. Assim, as formas espaciais decorrentes dessa relação seriam um resultado objetivo do contato entre o modo de produção e a formação social preexistente (SANTOS, 1977), relação esta fundamental à compreensão da organização do espaço (OLIVEIRA, 2019).



Considerações finais

A partir do exposto constata-se que as lógicas universais e singulares passam a refletir combinações particulares que, ao se concretizarem, o fazem de modo distinto, criando e sustentando as diversidades. É assim que as forças universais se defrontam com as resistências da formação socioespacial. Essa é a dialética em questão, que se constrói por meio do confronto e da síntese entre essas racionalidades, nas quais a ação universalizante passa pela incontestável mediação das formações socioespaciais.

Trata-se de uma dialética caracterizada por continuidades, descontinuidades e rupturas, posto que o contato entre lógicas universais e lógicas singulares, por vezes convergentes, por vezes divergentes, ou pela co-presença de ambos os processos, produz particularidades, cujas combinações são igualmente únicas.

Trata-se, portanto, de compreender que a promoção do desenvolvimento regional significa, acima de tudo, reconhecer a diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento, e não o contrário.

É esta a constatação que nos habilita, e ao mesmo tempo nos desafia, a compreender a dimensão multiescalar que permeia o debate sobre desenvolvimento regional, no qual este só adquire sentido enquanto campo de mediação entre o local e o global.

Referências

ALMEIDA, J. L.V. **Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua**. São Paulo: Xamã, 2001.

BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da Geografia. **Mercator**, volume 9, número 20, 2010: set./dez.

BRANDÃO, A. C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F. e MILANI, C. R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2008.

CARVALHO, G. L. Região: a evolução de uma categoria de análise da Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, volume 22, nº 01, jan./jun. de 2002.

CARVALHO, M. B. Ratzel: Releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 25, 1997.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Tradução Margareth C. A. Pimenta, Joana A. Pimenta. 2ª ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CORREA, R. L. **Trajétórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.



COSTA, E. J. M. **Contribuições seminais no debate sobre as Instituições: a Escola Histórica Alemã.** 2019. Disponível em <http://www.souzaaranhamachado.com.br/2019/04/contribuicoes-seminais-no-debate-sobre-as-instituicoes-a-escola-historica-alema/> Acesso em: 10 fev 2023.

DIAS, L. C. C. A Escola Histórica Alemã de Economia Política. **Revista Multiface**, Belo Horizonte, Vol. 3, 2015.

ETGES, V. E. et al. A Interiorização da Pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil – O caso dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. In: SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C. M.; FELIPI, A. C. T. **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional** (Orgs). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

ETGES, V. E. A Contribuição de Alfred Hettner à Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. **Espaço e Tempo** - Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

_____. Desenvolvimento Regional – a Região importa? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. v. 18, n. 1, p. 313-319, jan-abr/2022. Taubaté, SP, Brasil.

FONSECA, P. C. D. O Pensamento Econômico Alemão no Século XIX. In: HELFER, Inácio (org.) **Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000.

GENNARI, A. M.; OLIVEIRA, R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOULARTI Filho, A. List e o sistema nacional de economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (7), jun./dez, 1999.

HODGSON, G.M. **How Economics forgot History** – The problem of historical specificity in social science. London: Routledge, 2006.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMONAD, E. Brasil Séc. XXI – Regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E. HAESBAERT, R. MOREIRA, R. (Org.) **Brasil, Século XXI** – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

LUKACS, G. **Existencialismo ou Marxismo**. Editora Senzala, 1967.

MANICAS, P. T. **A History and Philosophy of the Social Sciences**. Oxford: Blackwell, 1987.

MASSOM, G. **As contribuições do método Materialista Histórico e Dialético para a pesquisa sobre Políticas Educacionais**. Anais IX ANPED Sul, 2012.



MORAES, A. C. R. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, H. M. Pampolha de. Região, particularidade e formação socioespacial: pensando a Amazônia na obra de Milton Santos. Paper do **NAEA**, v. 28, n. 2, 2019.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, 2(2), 46-71, 1988.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n.54, p.81-99, jun.1982.

_____ **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

WALLERSTEIN, I. et al. **Para abrir as Ciências Sociais**. Comissão Gulbenkian para Reestruturação das Ciências Sociais. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.